

O OLHAR DECOLONIAL NA CIDADE-PATRIMÔNIO: TENSÕES E NEGOCIAÇÕES EM SÃO CRISTÓVÃO, SÉRGIPE

Janaina Cardoso de Mello*

RESUMO

Apresentando como estudo de caso a Praça São Francisco titulada como Patrimônio da Humanidade em 2010, esse artigo objetiva uma reflexão crítica que ultrapasse o valor patrimonial sob as chancelas do Iphan e da Unesco, ensejando a ruptura com as hierarquias e exclusões eurocêntricas que as relações decoloniais que podem constituir nesse espaço. Para além dos vetores culturais, buscou-se analisar a infraestrutura direcionada à nova capital e sua centralidade que impulsionou seu desenvolvimento, tornando São Cristóvão uma cidade-dormitório com limitado potencial para os segmentos comercial e industrial em relação à empregabilidade de sua população residente.

Palavras-chave: cidades-patrimônio, decolonialidade, urbanização.

ABSTRACT

Presenting as a case study the São Francisco Square entitled as a World Heritage Site in 2010, this article aims at a critical reflection that surpasses the patrimonial value under the seals of IPHAN and UNESCO, resulting in the rupture with the Eurocentric hierarchies and exclusions that the decolonial relations that may constitute in this space. In addition to the cultural vectors, we sought to analyze the infrastructure directed to the new capital and its centrality that boosted its development, making São Cristóvão a dormitory city with limited potential for the commercial and industrial segments in relation to the employability of its resident population.

Keywords: heritage cities, decoloniality, urbanization.

* Professora Adjunta do Departamento de História (DHI) no Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe (CECH/UFS). Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFS). E-mail: janainamello.ufs@gmail.com.

Introdução

Quando tratamos de “cidades-patrimônio”, na verdade essa atribuição de valor por políticas públicas municipais e estaduais (secretarias de cultura), federais (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN) e/ou internacionais (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO) compreendem um recorte espacial e não toda a cidade. Isto porque o processo de seleção usualmente é norteado pela noção de patrimônio urbano histórico que remontam às iniciativas de preservação adotadas desde o século XVIII na França e Inglaterra, e mais incisivamente na segunda metade do século XIX, em Paris, com o reformismo arquitetônico promovido por Haussmann (PEREIRA, 2016, p. 41).

A preocupação com a salvaguarda das “identidades históricas” impregnadas em prédios e quarteirões contra a destruição de ímpetos de “renovações modernas” é adotada também em outras geografias como o Brasil, onde a legislação federal desde 1933 tornou-se um instrumento político para a elevação e proteção de cidades como “monumentos nacionais”, à exemplo de Ouro Preto (MG) (PEREIRA, 2016, p. 41).

Referência demanifestações e testemunhos significativos das sociedades, produzido e herdado, selecionado e sobrevivente às intempéries do tempo, o patrimônio cultural é exaltado por suas características de autenticidade, singularidade, potencial de reunir narrativas capazes de dar sentido às histórias de vidas tecidas nos lugares.

A identificação do acervo material e/ou imaterial preexistente por si só não pode ser considerado patrimônio, depende da construção social, em que os grupos que estão no poder selecionam algumas das múltiplas culturas, imóveis e bairros do passado e assignam atributos históricos, artísticos e outros valores coletivos. A valorização do objeto produzido no passado transmite a relação que os povos e sua elite têm e tinham com o passado distante e o presente. Assim se conservam ou se destroem determinados objetos produzidos no passado (PEREIRA JUNIOR, 2018, p. 4).

A 17ª reunião da Conferência Geral da Unesco, em 1972, centrou-se na necessidade de identificar bens inestimáveis das nações, uma vez que o patrimônio cultural e o patrimônio natural estavam sob risco de destruição em razão causas tradicionais de deterioração e pelo desenvolvimento social e econômico capazes de

gerar fenômenos de alteração ou destruição ainda mais impactantes (ARELLANO, 2018).

Dessa iniciativa surgiu a “Lista do Patrimônio Mundial” enquanto um legado de monumentos e locais de grande riqueza natural e cultural que pertencem a toda a humanidade. Para encaminhar as candidaturas dos monumentos urbanos à chancela conferida pela Unesco, os proponentes precisam cumprir com os seguintes requisitos: a) Representar uma obra prima do gênio criativo humano; b) Testemunhar uma troca considerável de valores humanos, durante um período específico ou em uma área cultural específica do mundo, nos âmbitos da arquitetura ou tecnologia, as artes monumentais, o planejamento urbano ou a criação de paisagens; c) Fornecer um testemunho único, ou pelo menos excepcional, sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida; d) Ser exemplo notável de um tipo de construção, de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustra um ou vários períodos significativos da história humana; e) Ser exemplo proeminente de formas tradicionais de assentamento humano ou de utilização da terra ou do mar, representativas de uma cultura (ou várias culturas) ou interação do homem com o meio, especialmente quando este se tornou vulnerável devido ao impacto provocado por alterações irreversíveis; f) Estar direta ou materialmente associado a eventos ou tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias que tenham excepcional significado universal; g) Representar fenômenos naturais ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética; h) Serem exemplos eminentemente representativos das grandes fases da história da Terra, incluindo o testemunho da vida, dos processos geológicos em curso na evolução das formas terrestres de elementos geomórficos ou fisiográficos significativos; i) Serem exemplos eminentemente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos; j) Conter os *habitats* naturais mais representativos e mais importantes para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles em que espécies ameaçadas que tenham excepcional valor universal do ponto de vista da ciência ou conservação sobrevivam (ARELLANO, 2018).

A partir dessas premissas, o objetivo desse artigo se define, tomando como estudo de caso a Praça São Francisco titulada como Patrimônio da Humanidade em 2010, na execução de uma reflexão crítica que ultrapasse seu valor patrimonial, ensejando as relações

decoloniais que podem ser constituídas nesse espaço cuja a relevância teve como foco prioritário a identidade histórica herdada dos europeus (portugueses e espanhóis) no período da União Ibérica que reverberou no processo de colonização e construção da arquitetura preservada, mas com uma ampla participação da cultura imaterial afrodescendente.

Fundada em 1590, a cidade de São Cristóvão, possui um patrimônio cultural diversificado, tendo seu conjunto histórico urbano tombado pelo Iphan em 1967, e a Praça São Francisco reconhecida como Patrimônio Mundial pela Unesco em 2010. Salienta-se, entretanto, que

O processo de patrimonialização da cidade teve início em 1938, quando São Cristóvão foi reconhecida pelo governo do estado de Sergipe como Monumento Histórico pelo decreto número 94, de 22 de Junho de 1938. Já em 1941, o recém-criado Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) realizou os tombamentos de alguns edifícios isolados na cidade, a saber a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a capela rural dedicada a Nossa Senhora da Conceição, situada em conjunto com o Engenho Poxim, o Convento e Igreja do Carmo, Igreja e Casa da Misericórdia, Convento e Igreja de Santa Cruz e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo. No ano seguinte, seguiram-se os tombamentos de três sobrados na cidade e, em 1962, da Igreja de Nossa Senhora do Amparo (GERVÁSIO, 2017, p. 17).

O conjunto sancristovense tombado pelo SPHAN/IPHAN é próprio de uma temporalidade (décadas de 1930-1950) onde as instituições de salvaguarda priorizavam a salvaguarda de edificações religiosas cristãs-católicas, militares e civis relacionadas ao exercício do poder. Em 2010 é reafirmado pela Unesco, sendo, portanto, necessário descortinar as permanências e rupturas da política de preservação internacional, bem como as contradições e resistências evidenciadas na interlocução “pedra e cal” – população residente.

Sobre a opção pela abordagem decolonial que “romper com as colonialidades vividas pelos povos não europeus” é alicerçada por diversos pesquisadores à exemplo do Grupo Modernidade/Colonialidade, com destaque para Aníbal Quijano (2014), Catherine Walsh (2017), Edgard Lander (2005), Enrique Dussel (2016), Maria Lugones (2014), Nelson Maldonado-Torres (2007), Ramon Grosfoguel (2011), Santiago Castro Gomez (2005),

Walter Mignolo (2010), e ainda os brasileiros Claudia Miranda (2017), Luis Fernandes Oliveira (2012), Maria Antonieta Martinez Antonacci (2015), Nilma Lino Gomez (2018), dentre outros (PAIM, 2019). Pois,

[...] a decolonização enfatiza que as possibilidades e os limites de compreensão e ação de cada saber só podem ser conhecidas a medida que cada saber se propuser a uma comparação com outros saberes. Nessa comparação, acontece uma ecologia de saberes como uma opção epistemológica e política que levará à integração entre o saber científico e os saberes dos camponeses, dos indígenas ou dos afrodescendentes, transformando-se em experiências transformadoras que conduzem à construção de um projeto de educação popular em que os múltiplos conhecimentos e a ciência participam em pé de igualdade (PAIM, 2019).

Nesse sentido, não se trata de negar ou refutar a presença da cultura europeia, mas realizar uma inflexão onde se possa questionar, criticar e derrubar as hierarquias que a sobrepõem às identidades latino-americanas, às descendências africanas e asiáticas tão presentes no território brasileiro e integradoras de suas experiências de vida, sofrimento e superação que erigem histórias individuais e coletivas, mas que ainda permanecem anônimas, silenciosas ou escassas nas epistemologias adotadas. Uma vez que precisamos assumir que

As memórias e esquecimentos do trauma colonial possuem um caráter de espelhamento muito mais dialógico com os povos do Peru, Colômbia, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai do que com as representações sociais francesas, portuguesas, italianas ou alemãs tão ressaltadas nos trabalhos acadêmicos sobre museus e patrimônio cultural (MELLO; JESUS, 2021, p. 607).

Os estudos de São Cristóvão foram realizados a partir de trabalhos acadêmicos e publicações de pesquisadores, bem como de documentos do IBGE, IPHAN, UNESCO e EMDAGRO com dados sobre a população, a urbanização e a relação socioeconômica com o patrimônio cultural. Também houve visita técnica ao espaço e o recurso aos procedimentos etnográficos de registros escritos e fotográficos.

São Cristóvão: a memória Ibérica nos desafios da decolonialidade

São Cristóvão, em Sergipe, quarta cidade mais antiga do Brasil, foi fundada por Cristóvão de Barros em 1590. Embora nas campanhas locais de promoção da cidade a gestão pública tenha mobilizado diversos setores da sociedade (intelectuais, artistas, mestres da cultura popular, estudantes e residentes), tanto o documento elaborado para a candidatura à titularidade quando o próprio parecer do Comitê avaliador internacional considerou como fundamental “a manutenção da arquitetura colonial do período da União Ibérica, com traços construtivos portugueses e espanhóis” (UNESCO, 2010).

A justificativa apresentada para que a Praça São Francisco fosse considerada de “monumental e excepcional valor”, critérios eurocêntricos constantes das Cartas Patrimoniais desde a década de 1930 e que apesar de amplamente criticados ainda orientam as chancelas da UNESCO, ressalta uma

[...] área urbana com um espaço público homogêneo, com edificações privadas e religiosas, representando um excepcional momento da história do Brasil preservando as formas e proporções do período colonial no qual Portugal e Espanha estiveram sob a mesma coroa. A Praça São Francisco resulta da profunda influência das leis espanholas e práticas urbanas que conformaram as paisagens urbanas brasileiras (UNESCO, 2010, p. 1-2).

O relato prossegue em um texto de exaltação ao período filipino no Brasil e especialmente, em São Cristóvão, capital de Sergipe *del Rey* àquela época. O estilo barroco e o catolicismo são demarcações identitárias na proposição da patrimonialização do espaço (fig.1).

Figura 1 – Vista aérea do Centro Histórico com a Praça São Francisco, São Cristóvão, SE.



Fonte: UNESCO, 2010, p.15.

Ao tratar da consagração do patrimônio cultural europeu e particularmente os casos francês e inglês, François Choay (2008, p.144-147) identifica a profunda necessidade de continuidade na alma etérea do tempo imortal de um passado edificado ameaçado pela industrialização. Intelectuais, artistas e escritores fazem manifestos contra a dissolução do mundo que lhes dava sentido e referência. O moderno enquanto “produto” é desqualificado em função do valor da “obra de arte”. Saudosos de um tempo que se esvai, defendem a conservação, a manutenção e a eternização de monumentos nacionais e históricos que lhes representam enquanto alta casta social. O culto ao monumento do passado é também o culto às suas raízes, genealogias, simbolismos e exclusões. Buscam perpetuar essa herança para outras gerações.

Autores e movimentos sociais que pesquisam e reivindicam a necessária “virada decolonial” o fazem pela demanda do reconhecimento e “patrimonialização” da diversidade cultural “dentro” de monumentos já tombados. Assim ocorreu com o “Registro da Tava, Lugar de referência do povo Guarani, em 2014, como patrimônio cultural de natureza imaterial pelo IPHAN”, ou seja, nas ruínas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. Se as ruínas foram tombadas em 1938 como patrimônio nacional por suas características arquitetônicas, estéticas e simbólicas jesuíticas no

processo colonizador da região, a emergência de Tavano século XXI ressalta o valor de um passado que não é exclusivamente português, mas também e primeiro indígena Guarani (CHUVA, 2020, p. 29-30).

A praça São Francisco, ao ser ocupada nas celebrações pelos grupos culturais com múltiplas identidades étnicas (fig. 2) que expõem as ancestralidades africanas e indígenas, mantêm a resistência daqueles que sobreviveram à escravização e extermínio de seus ascendentes nos períodos da Colônia e Império, aos trabalhos subalternos e à precariedade de condições de vida financeira e educacional na República Velha e Nova, ao racismo estrutural que perpassa a formação da Nação e impacta as novas gerações na contemporaneidade.

Figura 2 – Grupos culturais em celebrações no centro histórico de São Cristóvão, SE



Fonte: UNESCO, 2010, p.102

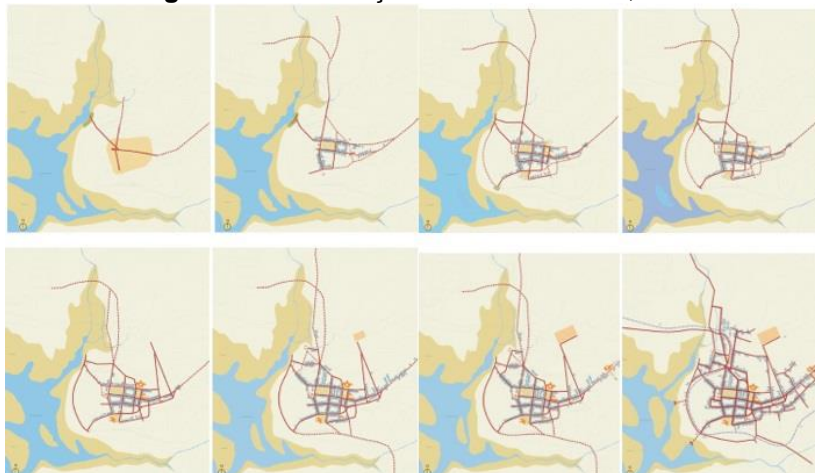
Por isso, a candidatura da Praça São Francisco evoca em certa medida essa angústia da perda envolta na necessidade de preservar um “passado europeu” que ainda confere a identidade da elite sergipana branca, abastada, intelectual e politicamente influente. E mesmo quando os mestres da cultura popular negros ou mestiços ou os povos originários, dizimados por Cristóvão de Barros na conquista colonial de Sergipe, são lembrados no documento, há o uso de suas imagens, falas e representações na construção de uma ideia de “anseio homogêneo” em torno da chancela da

UNESCO. Porém, quando esta é concedida, eles continuam, salvo raras exceções, em estado de precariedade socioeconômica e pouco acesso decisório nas políticas públicas da cidade e do estado.

São Cristóvão, no último censo do IBGE de 2010, apresentava um território de 438,037 km², com 78.864 habitantes, estimando-se que em 2020 esse número teria se elevado para 91.093, estando 15,3 % de sua população ocupada em emprego e/ou geração de renda. O salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2019, era no máximo de 3.5 salários-mínimos (IBGE, 2021), sendo que a maior parte dos trabalhadores recebia por seus serviços, aproximadamente de R\$1.000,00 mensais, com um perfil majoritariamente feminino, entre 16 e 30 anos (MOISINHO FILHO, 2010, p.270).

Os bairros ou povoados que formam o município atualmente são: Aldeia, Alto da Colina, Alto da Divineia, Alto de Itabaiana, Alto do Bernardo, Alto do Cristo, Alto do Santo Antonio, Aningas, Apicum Merem, Arame I, Arame II, Cabrita, Caipe Novo, Caipe Velho, Cajueiro, Campo do Marinho, Candeal, Cardoso, Caritas, Chica, Colonia Miranda, Colonia Pintos, Coqueiro, Cumbe, Eduardo Gomes, Feijao, Garganta, Gonçalo João, Gravata, Jupia, Jurubeba, Luiz Alves, Madre Paulina, Mala Cabado, Nova Conquista, P. A. Augusto Franco, Parque Santa Rita, Pedreiras, Quissamã, Recanto dos Passarinhos, Rita Cacete, RosaElze, Rosa Maria, Saco, São Gonçalo, Tabua, Timbo, Tinhare, Umbauba, Varzea Grande e Varzea Pequena (EMDAGRO, 2020, p.2).

Figura3 – Urbanização de São Cristóvão, SE



Fonte: Adaptado de UNESCO, 2010, p. 126-133.

O crescimento da urbanização na ocupação do espaço sancristovense ocorre a partir da colina e ao longo de décadas vai se irradiando para as circunvizinhanças (fig. 3). Quanto mais afastado da colina, maior é a precariedade de acesso aos serviços e vida com qualidade.

A infraestrutura da cidade possuía, em 2010, esgotamento sanitário que alcançava 38,3 % de seus residentes, com 23,9 % de urbanização (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) e 49,2 % de arborização das vias públicas. O índice de pobreza perfazia em 2003, 57,14% comparado à capital Aracaju com 27,45% (IBGE, 2021).

Somente as áreas mais próximas aos núcleos urbanos encontram-se mais bem servidas do abastecimento de água, de instalação sanitária, coleta do lixo, impactando na qualidade de vida, atendimento de necessidades básicas e promoção de dignidade humana. Posto que as localidades, com maiores benefícios, configuram

[...] uma periferia planejada. Os novos loteamentos e diversos condomínios apresentam esses elementos, evidenciando a estratificação socioambiental existente no município por conta da forma de ocupação do espaço (VASCONCELOS; SOUZA, 2016, p. 92).

A relação dos índices de urbanização comparativa com as demais cidades do estado, no censo de 2010 do IBGE, definiu um *ranking* que apresenta a capital Aracaju em primeiro lugar (100%), seguida por Nossa Senhora do Socorro (96,90%) e em terceira colocação São Cristóvão (84,54%) em vias de ser superada pela Barra dos Coqueiros (83, 54%) com apenas um ponto percentual de diferença (IBGE, 2011, p. 52).

São Cristóvão, antiga capital de Sergipe, perdeu seu posto de prestígio em meados do oitocentos com a ascensão do pequeno povoado de Santo Antonio de Aracaju, em 17 de março de 1855, devido à interesses políticos e econômicos (valorização das terras de areal e mangue, além do poderio do escoamento da safra canavieira pela proximidade com a região do rio Cotinguiba) (IBGE, 2011, p. 23).

A infraestrutura direcionada à nova capital e sua centralidade impulsionou seu desenvolvimento, tornando São Cristóvão uma cidade-dormitório com limitado potencial para os segmentos comercial e industrial em relação à empregabilidade de sua população residente, sendo incorporada na região da “Grande Aracaju”, composta por 9 municípios.

A economia do município orbita em torno de fontes de águas minerais, da pesca de peixes, mariscos e camarões, e pela avicultura. O complexo industrial centralizou-se nos Municípios de Aracaju e Laranjeiras, destinado ao processamento do petróleo e derivados, fertilizantes, amônia e gás, considerando-se ainda o complexo industrial no município de Itaporanga d’Ajuda, voltado ao beneficiamento de produtos alimentícios e embalagem (IBGE, 2011, p. 118). Em termos de Produto Interno Bruto (PIB), a cidade concentra nos serviços seus maiores valores (R\$ 400.881), seguida pela indústria (R\$118.211) e depois pela agropecuária (R\$ 26.007), sendo as culturas mais promissoras de: coco-da-baía, banana, feijão, mandioca, cana-de-açúcar e milho (grão) (EMDAGRO, 2020, p. 3-4).

O medievo religioso, temporalidade histórica na qual São Cristóvão se remete em suas edificações e folguedos parece coincidir com a metáfora filosófica de Santo Agostinho (354-430) sobre o “mundo ideal como a Cidade de Deus”, enquanto “o mundo das coisas seria o dos seres humanos, a Cidade dos Homens” (AGOSTINHO, 2003). Cidade Alta e cidade baixa, na conformação geográfica também de São Cristóvão. Na cidade alta está o centro histórico reconhecido, das celebrações, a subsistência de uns poucos com um pequeno comércio local. Na cidade baixa está o mangue, os alagamentos, os povoados, a precariedade da vida

cotidiana, dos transportes, da falta de emprego, daqueles que trabalham na capital Aracaju e voltam para São Cristóvão para apenas dormir.

Tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional desde 1939, São Cristóvão desenvolveu-se segundo o modelo urbano português, em dois planos: cidade alta com sede do poder civil e religioso; e cidade baixa com o porto, fábricas e população de baixa renda (EMDAGRO, 2020, p. 2).

À época da elaboração da proposta da candidatura da Praça São Francisco como patrimônio da humanidade, foram identificados pontos críticos na cidade e dentre eles os problemas relativos ao rio Paramopama como a poluição, com descarte de lixo nele, os danos à fauna e flora marinha, bem como os prejuízos decorrentes das enchentes em períodos de chuvas fortes. Todavia, ressalta-se que esse era um problema que não atingia a cidade alta, ou seja, o espaço patrimonial e por isso não agregava tanta preocupação no documento (UNESCO, 2010, p.21).

Era um problema da cidade baixa e as memórias de Dona Marieta Santos, reconhecida por sua doçaria e proprietária da Casa das Queijadas, na Praça Getúlio Vargas (anexa à Praça São Francisco), remontam aos relatos de sua infância, quando junto com a mãe e os irmãos precisava sobreviver aos horrores e perdas das enchentes que lhes tomava a casa. Narrativa semelhante as lembranças de pescadores e marisqueiras. Observações estas, feitas durante a etnografia de percurso com residentes realizada em 2019.

Mas o problema da poluição dos rios e das enchentes, de média e longa duração na cidade baixa, acompanhou os processos de patrimonialização das edificações históricas na cidade alta. Desse modo, em 1938, houve a elevação de São Cristóvão à categoria de Monumento Histórico pelo Governo Estadual, por meio do Decreto-Lei nº 94, amparado pelo artigo 134 da Constituição do Estado Novo UNESCO, 2010, p.23).

De 1941 ao ano de 1962, vários monumentos da receberam tombamento individual e, em 1967, o Conjunto Arquitetônico, Urbano e Paisagístico da Cidade de São Cristóvão (fig. 4) obteve sua inscrição na folha 10, nº 40, Processo nº 785-T-67, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (UNESCO, 2010, p. 23).

Figura 4 – Praça São Francisco e suas edificações,
São Cristóvão, SE



Fonte: Fotos de Autoria própria, 2019.

Nas ações de requalificação da Praça São Francisco e de seu entorno, o Programa Monumenta¹ disponibilizou uma linha de financiamento para os proprietários que possuem imóveis dentro da área objeto de investimento do Programa. O Monumenta foi responsável ainda pelo fomento para a obra de conclusão da rede elétrica e telefônica subterrânea no centro histórico, a iluminação de valorização do conjunto histórico da Praça São Francisco, a recuperação da antiga pavimentação em pedra calcária e incorporação de novo mobiliário urbano e equipamentos nas Ladeira do Porto da Banca, Ladeira do Açougue e Ladeira de Epaminondas. Também o Largo do Rosário e Largo do Amparo receberam melhorias na pavimentação e iluminação para valorização dos monumentos, houve a restauração do Lar Imaculada Conceição (antiga Santa Casa da Misericórdia) e a obra de restauração da antiga Delegacia para o Museu da Polícia Militar e, com recursos do BNDES, a restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias (UNESCO, 2010, p.25).

Figura 5 – Cartografia do centro histórico de São Cristóvão (limites da Praça São Francisco)



Fonte: UNESCO, 2010, p. 69.

¹ Criado em 1996 pelo governo federal, se configurou como um programa de apoio financeiro para recuperação de imóveis em centros históricos brasileiros (GIANNECCHINI, 2019).

A área delimitada (fig. 5) abriga as edificações franciscanas da Igreja, Convento e Museu de Arte Sacra da Ordem Terceira do século XVII; a Igreja e Orfanato Lar Imaculada Conceição (antiga Santa Casa da Misericórdia) do século XVII; o Palácio Provincial (na contemporaneidade com a função de Museu Histórico de Sergipe) do século XVIII; um edifício institucional da Ouvidoria do século XVIII (com a função de Casa do Iphan); residências do século XVIII e XIX, onde estão a Casa Paroquial e a Prefeitura, um Cartório e um Restaurante, respectivamente; mais duas habitações do século XVIII onde em uma funciona a Biblioteca Pública do município e a outra é uma residência particular. Outras duas residências do século XVIII, sendo uma delas também um espaço comercial. Há mais duas residências dos séculos XIX e XX (UNESCO, 2010, p. 80, 83, 85,87, 89-92).

O grande desafio da Praça São Francisco nos tempos atuais, diante de uma memória ibérica colonizadora valorizada nos traços arquitetônicos para seu reconhecimento como patrimônio mundial, se apresenta diante dos debates da decolonialidade. Pois, afirmam os estudiosos que “a decolonialidade como história e *práxis* existe há mais de 500 anos por meio de lutas, ações, resistências contra os padrões de poder” (OLIVEIRA; LUCINI, 2021, p. 99) e nesse sentido, ao questionar “o saber, o ser e o poder” é inevitável abordar pontos sensíveis e incômodos da formação cultural da urbanidade sancristovense.

Salienta-se que a Casa do Folclore Zeca de Norberto, fundada em 2000 e localizada em uma das residências na Praça São Francisco, abriga as memórias do patrimônio imaterial da cidade através de um acervo composto por trajes, adereços, pinturas, artesanato, brinquedos, registros documentais e grandes bonecos de papel machê apresentando os Mestres da cultura popular na cidade como Satu, Raimundo, Rindú, Madalena, Jorge, Tonho, Ninha, Acácia, Bebê, Jason, Biu e outros.

Dentre os grupos de folguedo, como são chamados, está o Grupo São Gonçalo do Amarante (fig. 6), liderado pelo Mestre Raimundo Bispo dos Santos, com um grupo de predominância étnica negra, tem como objetivo dançar, cantar e louvar o santo, em apresentações que transitam pelo espaço edificado da localidade. Há várias manifestações de dança e canto em torno de São Gonçalo no Brasil e em Sergipe a mais conhecida está na Mussuca, em Laranjeiras. Mas Mestre Raimundo e seus “brincantes” não deixam a tradição se esvaír em São Cristóvão e ocupam os espaços de patrimonialização ibérica com sua resistência e ancestralidade africana.

Figura 6 – Grupo São Gonçalo do Amarante de São Cristóvão.



Fonte: Acervo da Casa do Folclore Zeca de Norberto,
São Cristóvão, s/d.

Os critérios de chancela de patrimônio mundial orientados pela UNESCO reafirmam os feitos e efeitos eurocêntricos da colonização tendo a Praça São Francisco como seu símbolo maior em Sergipe, onde grande parte das populações afrodescendentes vive em estado de desigualdade socioeconômica? Outros patrimônios materiais ou imateriais de povos originários e afrodescendentes em Sergipe mereceram o mesmo engajamento, intelectual e político, em busca de reconhecimento internacional? O discurso de uso sociocultural da praça por várias etnias favorece ao racismo estrutural e uma falsa percepção de “democracia racial” em São Cristóvão? Há distinções hierárquicas nas representações de indígenas e negros nos museus, igrejas e monumentos da cidade (quantidade e narrativa)? A perspectiva histórica e historiográfica ensinada nas escolas de São Cristóvão a respeito da história local e de seu patrimônio cultural urbano promove estereótipos, esquecimentos, apaziguamentos de conflitos étnicos ou expõe as dores da colonização do passado ao presente?

Essas indagações não possuem uma resposta fácil, até porque requerem diálogos coletivos na diversidade dos indivíduos para alcançar uma reflexão propositiva, mas é sem dúvida um ponto

de partida que não deve ser ignorado no atual movimento da história.

São Cristóvão: latinidades em pauta na urbanidade cultural

As problemáticas das tensões em torno da identidade latino-americana e afrodescendente em Sergipe, e especificamente em São Cristóvão, são intrínsecas às formas de vida em cidades com centros históricos patrimonializados pela Unesco e Iphan.

Para se articularem aos quadros globais europeus que regem os critérios da organização internacional, terminam deixando no plano secundário as singularidades potencialidades locais, fato que incide na própria concepção de patrimônio, nas políticas de preservação, nas narrativas produzidas para o ensino de História e Educação Patrimonial, bem como nos processos de urbanização (quadro 1).

Quadro 1 – Quadro da vida e percepções do patrimônio no centro histórico de São Cristóvão

Categoria/Cidade	São Cristóvão
Conceito de Patrimônio	Patrimônio vinculado às concepções europeias, orientadas pelas normatizações de UNESCO/IPHAN/ICOMOS
Preservação do Patrimônio	Participação majoritariamente estatal orientada pelas gestões municipais, estaduais e federal, incluso o IPHAN. Pouco investimento.
Agentes no Patrimônio	Gestores públicos, fazedores da cultura, Iphan, intelectuais, SEBRAE
Narrativas do Patrimônio	Conflitos entre discursos tradicionais de exaltação à colonização e novas propostas decoloniais (História, Antropologia, Arqueologia, Arquitetura, Literatura, Museologia e Sociologia) e Gestores Públicos.
Exclusões no Patrimônio	Racismo estrutural, hierarquias socioeconômicas, instabilidade política, povoados sem infraestrutura, supervalorização da cultura europeia.
Desafios no Patrimônio	Expansão de direitos, inclusão socioeconômica e étnica, acesso à terra, geração de empregos e rendas, combate à gentrificação.
Urbanização no Patrimônio	Segregação espacial, desemprego, cidade-dormitório, falta de serviços básicos, hierarquias socioeconômicas na ocupação de territórios, especulação imobiliária, mobilidade urbana deficitária (transportes e rodovias mal cuidadas), poluição dos rios, pichações.

Fonte: Autoria própria, 2021

O quadro da realidade de São Cristóvão revela o quanto a localidade ainda está vinculada ao conceito de patrimônio cultural europeu e que seus “modelos” de cidades-patrimonializadas reforçam essa supervalorização de realidades e culturas muito distantes do cotidiano latino-americano.

São Cristóvão apresenta uma interferência direta estatal e devido aos baixos investimentos orçamentários em cultura no país nos últimos cinco anos muitas vezes vê o patrimônio edificado deteriora-se com infiltrações, descoloração das pinturas nas fachadas, depredação por pichações e falta de apoio financeiro aos grupos que mantêm a tradição imaterial na cidade. Por outro lado, observa-se na cidade alta a locação de edifícios residenciais e comerciais com especulação imobiliária, resultando na exclusão de residentes trabalhadores de baixo poder econômico. Esse fenômeno tem sido categorizado como “gentrificação”, ou seja,

[...] um aportuguesamento do inglês *gentrification*, usado pela primeira vez, provavelmente, pela socióloga britânica Ruth Glass na obra *London: aspects of change* (1964), onde a autora descreveu e analisou determinadas mudanças na organização espacial da cidade de Londres. O termo ganhou popularidade após seu uso em trabalhos acadêmicos sobre a temática, acompanhando um fenômeno urbano presente em diversas temporalidades e espacialidades: o deslocamento, processual ou súbito, de residentes e usuários com condições de vida precárias de uma dada rua, mancha urbana ou bairro para outro local para dar lugar à apropriação de residentes e usuários com maior status econômico e cultural (BRAGA, 2022).

A paisagem de São Cristóvão, como em vários outros centros históricos, desde 2010, terminou assumindo uma assimetria entre o poder político e cultural, configurando-se em um campo de disputas e mediações econômicas, políticas e culturais (PAES, 2017, p. 669).

Nos últimos anos a aproximação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em Sergipe em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS) via Centro de Empreendedorismo e Pró-Reitoria de Extensão, buscou qualificar os mantenedores da cultura em negócios de empreendedorismo que têm modificado a paisagem do comércio local. Ao mesmo tempo, a extinção do Ministério da Cultura pelo governo federal, em 2019, deixou um vácuo nos programas de recuperação de cidades históricas à exemplo do Monumenta que mesmo o Programa de Preservação de Cidades Históricas (PAC) não conseguiu ocupar.

O apoio à Economia Criativa das cidades-patrimônio, enquanto bens, serviços e produções que emanam das heranças culturais perpassa a consciência de que quando “as economias mundiais se tornam cada vez mais competitivas e produtivas, as chaves do seu sucesso econômico passam a ser a sua genialidade e as habilidades individuais” (NEWBIGIN, 2010, p. 17).

Por isso, governos que compreendem a cultura como “despesa” sem retorno e não como “investimento” que gera e mantém diversos setores econômicos e empregos indiretos, estão fadados à criação de bolsões de miséria e exclusão diante da globalização tecnológica que avança de modo acelerado sobre os países emergentes sem as mesmas possibilidades de competição.

As narrativas, principalmente históricas e historiográficas de São Cristóvão ainda se pautam em discursos positivistas que adotam a identidade cultural europeia como base formativa e genealógica, inclusive dos intelectuais locais, afastando-se dos anseios da população residente, principalmente em idade escolar, afrodescendente que não se visualiza nas representações cristalizadas nos museus e igrejas da cidade.

Isto posto que a discursividade histórica ainda é falha no trato dos espaços e monumentos da colonização, cristaliza o eurocentrismo em lugares que devem sua existência construtiva ao trabalho negro, indígena e operário ao longo dos tempos. Quando se redimensiona o olhar patrimônio cultural ali localizado se torna de fato um direito de todos, plural e destinado à fruição étnica diversa. Ressignificar a concepção de apropriação, usos e identidades em torno desse patrimônio cultural requer uma concepção cultural decolonial. Ao invés de hierarquias, restrições e segregações narrativas da “propriedade de um só grupo étnico europeu”, é necessário “descolonizar” e “decolonizar” as cidades-patrimônio trazendo visibilidade e valor à presença e trânsito da diversidade dos povos.

Por mais que se tente imprimir um significado homogêneo de patrimônio da humanidade, conforme Leite (2008) os lugares também apresentam conjuntos de sentidos convergentes diversos, através dos quais há um entendimento cultural necessário capaz de situar uma ou mais identidades socioespaciais. Pode ser híbrido e, portanto, um campo tenso de disputas e negociações ou fragmentário, no qual a diferença se dispersa em várias configurações espaciais. Em ambos, a demarcação espacial de um lugar resulta em zonas de fronteiras, escalas sobrepostas, áreas liminares, interstícios.

A alternativa de liberdade de trânsito e apropriação fora da “liturgia de exaltação ibérica” são os cordéis, as xilogravuras, a apresentação dos grupos de cultura popular e o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC) por onde transitam teatro, dança, debates literários e artes plásticas em torno da decolonialidade tomando ruas e edificações patrimonializadas.

Como atestou Chuva (2012, p.72) os processos de seleção e preservação do patrimônio cultural no Brasil foram orientados por uma estética moderna e universalizante, sendo integrados ao sistema internacional nascido após a Segunda Guerra Mundial. O turismo terminou sendo a esperada tábua de salvação para muitos espaços com economia deficitária e sem condições de manutenção de suas edificações. As práticas foram sendo delimitadas pela associação entre o patrimônio cultural e o desenvolvimento socioeconômico.

Todavia, o turismo também possui relevância simbólica, já que coaduna com aspirações gerais da sociedade, cujo estresse cotidiano impulsionam: o desejo de fuga do cotidiano, a busca por novos povos e costumes, novos lugares, o retorno à natureza e o distanciamento das convenções sociais (PELEGRINI; RODRIGUES, 2021, p. 53). Através do turismo, lugares, objetos e manifestações de práticas culturais ganham força, presença e significado contundentes e expansivos, curando muitas dores da mente e da alma tanto dos locais quanto dos visitantes.

São Cristóvão oferece uma viagem ao passado sem esquecer do presente ao se visitar museus, igrejas, casarios e ter a percepção dos povos indígenas, africanos e europeus que erigiram aquele espaço em suas lutas, negociações e resistências. Encontrando no sabor das queijadas de Dona Marieta a ancestralidade de sua avó escravizadas e inventiva na criação de um doce sem queijo, readequando a receita portuguesa à realidade da terra sergipana. Ou nas xilogravuras do Mestre Nivaldo de Oliveira (fig. 7) cujos trabalhos produzidos ao longo de 20 anos retratam o patrimônio histórico de São Cristóvão e a Cultura Sergipana a partir da vivência de sua afrocentralidade.

Figura 7 – Mestre Nivaldo Oliveira e sua exposição de xilogravuras na Casa do Folclore Zeca de Norberto



Fonte: Fotos de Heitor Xavier no Acervo da Prefeitura de São Cristóvão, 2021.

Assim, as imagens os peixes, a negritude, a galinha de capoeira, os vendedores, as manifestações culturais e tantas outras representações do fazer cotidiano negro que também integra gastronomia e o patrimônio natural de rios e mangues sancristovenses.

Mestre Nivaldo, Dona Marieta Santos e tantos outros artistas negros de uma cultura diversificada a transformaram em economia criativa e resistem ao desemprego da cidade, residindo e exercendo seu ofício na cidade alta, na cidade-patrimônio.

Considerações Finais

Na contemporaneidade, em razão das diversas lutas dos movimentos sociais étnicos na América Latina e especialmente no Brasil, a abordagem sobre as cidades-patrimônio que receberam reconhecimento nacional pelo Iphan e internacional pela Unesco devem questionar o eurocentrismo das titulações e trazer para a área de disputas da memória e da cultura as identidades plurais, ancestrais, indígenas e africanas que por ali transitam.

Mais do que uma Praça signo da União Ibérica, a cidade de São Cristóvão é signo de uma diversidade étnica que deve ser ressaltada e deve ocupar seu espaço na derrubada de hierarquias culturais revivificadas por intelectuais e gestores. A mudança do conceito de patrimônio cultural, das ações de preservação, das narrativas históricas e urbanização são intrínsecas ao estabelecimento de um olhar decolonial capaz de ressignificar as existências materiais e imateriais.

Economia criativa e turismo não devem ser antagônicos às tradições culturais e nem objetificá-los, mas sim serem espaços de experiências de novas relações do passado com o presente, favorecendo a qualidade de vida dos residentes, trabalhadores e visitantes de modo a combater a gentrificação e possibilitar re-usos da cidade em toda a sua potencialidade.

Referência

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus (Contra os pagãos)**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003. 2v. (Coleção Pensamento Humano).

ARELLANO, Mónica. O que é um patrimônio da humanidade? [¿Qué es el patrimonio de la humanidad?] 09 Ago 2018. **ArchDaily Brasil**. (Trad. Souza, Eduardo). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/899842/o-que-e-um-patrimonio-da-humanidade>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRAGA, Emanuel Oliveira. **Gentrificação** [verbetes]. In: IPHAN. Dicionário de Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/78/gentrificacao>. Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (ed.) **Seminários DEP/FLUP**, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020, p. 16-35. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>.

Acesso em: 22 jan. 2022.

CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, étnica e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.) **Patrimônio Cultural**. Políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2012, p.67-78.

EMDAGRO. **Município de São Cristóvão**. 2020. Disponível em: <https://www.emdagro.se.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/S%C3%83O-CRISTOV%C3%83O-final.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

GERVÁZIO, Flávia Klausing. **Casa do Iphan em São Cristóvão, Sergipe**: Apontamentos para atuação com o patrimônio cultural do Município. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste. Recife: UFBA, FUNDAJ, UPE, SEDUC-PE, 2017.

GIANNECCHINI, Ana Clara. **Programa Monumenta**: o patrimônio cultural como recurso para o desenvolvimento? Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

IBGE. **Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra**. Uso da Terra no Estado de Sergipe. Relatório Técnico. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. **São Cristóvão**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/sao-cristovao/panorama>. Acesso em: 08 ago. 2021.

LEITE, Rogério Proença. **Localizando o espaço público**: *Gentrification* e cultura urbana. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], Coimbra, 83, 2008, Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/436>. Acesso em: 22 de jan. 2022.

MELLO, Janaina Cardoso de; JESUS, Priscila Maria de. O Museu como memórias plurais e resistência cultural no Ensino de História. **Revista Diálogos Educacionais**. Curitiba, v. 21, n. 69, p. 591-616, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/27968>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MOISINHO FILHO, Elso de Freitas. **Patrimônio cultural e iluminação urbana**: diretrizes de intervenção luminotécnica no centro histórico de São Cristóvão, Sergipe. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010.

NEWBIGIN, John. **A Economia Criativa**: um Guia Introdutório. Londres: British Council, 2010.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. **Boletim Historiar**, vol. 08, n. 01, jan./mar. 2021, p. 97-115.

PAES, Maria Tereza Duarte. Gentrificação, preservação patrimonial e

turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **Geosp** – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, dez. 2017, p. 667-684.

PAIM, Elison Antonio. Epistemologia Decolonial: Uma ferramenta política para ensinar histórias outras. **HH Magazine** – Humanidades em rede, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://hhmagazine.com.br/epistemologia-decolonial-uma-ferramenta-politica-para-ensinar-historias-outras/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; RODRIGUES, João Paulo P. Políticas públicas e Patrimônio Cultural. **Historiæ**, v. 12, n.1, 2021, p. 39–55. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/13018>. Acesso em 24 jan. 2022.

PEREIRA, Daniel Celso. Cidade, Patrimônio e Território: as políticas públicas federais de seleção no Brasil do século XXI. **Rev. CPC**, São Paulo, n. 21, jan./jul. 2016, p. 36-70.

PEREIRA JUNIOR, Magno Vasconcelos. Patrimônio Cultural e a institucionalização da memória coletiva no Brasil. **Biblio3W** – Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, v. XXIII, n. 1.239, jun. 2018, p. 1-13.

UNESCO. **Proposal for the inscription of the São Francisco Square in São Cristóvão – SE on the world heritage list**. 2010. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/nominations/1272rev.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

VASCONCELOS, Carlos Alberto; SOUZA, Otávio César Juliano de. Mobilidade edinâmica no espaço rural e urbano em São Cristóvão no estado de Sergipe/Brasil. **Sociedade e Território**, Natal. V. 28, n. 1, p. 88-107. Jan./Jun. 2016.